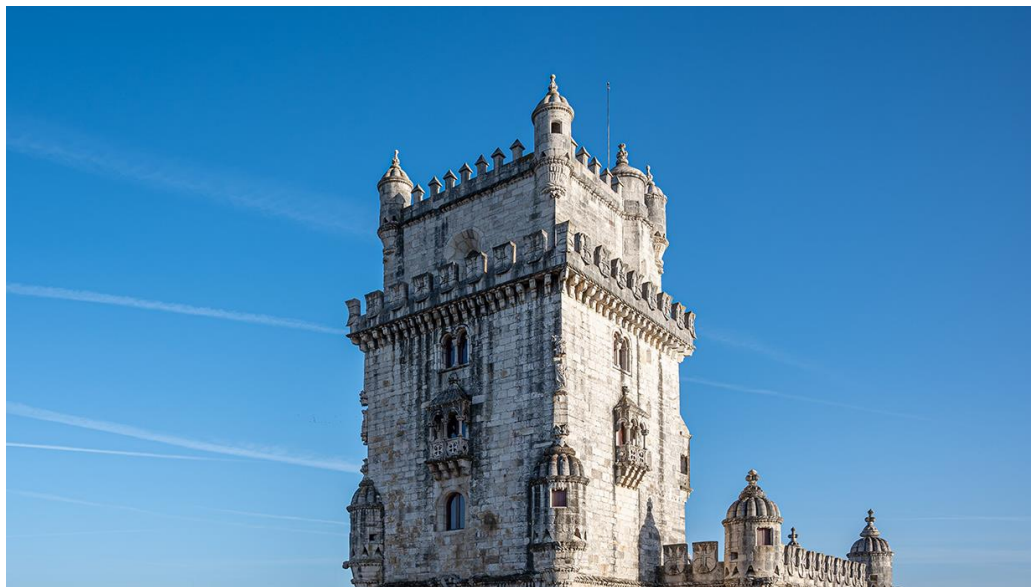




Relatório e Contas | Junho

i m gestão de ativos
sgoic

2026

IMGA GV Portuguese Equities

Fundo de Investimento Aberto de Ações

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Ações	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Relatório de Auditoria	49



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo constitui-se a 23 de dezembro de 2025 como Fundo de Investimento de Ações Aberto, com duração indeterminada e a denominação de “IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES – Fundo de Investimento Aberto de Ações”.

A Categoria G de Unidades de participação do fundo iniciou a comercialização a 9 de outubro de 2025, tendo sido constituída a 23 de dezembro de 2025.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram

riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90\$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121\$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte

dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60\$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento

em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7%

em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da

OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, perçetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem “apenas” 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que

significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma

situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de “apenas” 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield*) foi equivalente, com o

alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro (*carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre

1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais índices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo

impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspectivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação

de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

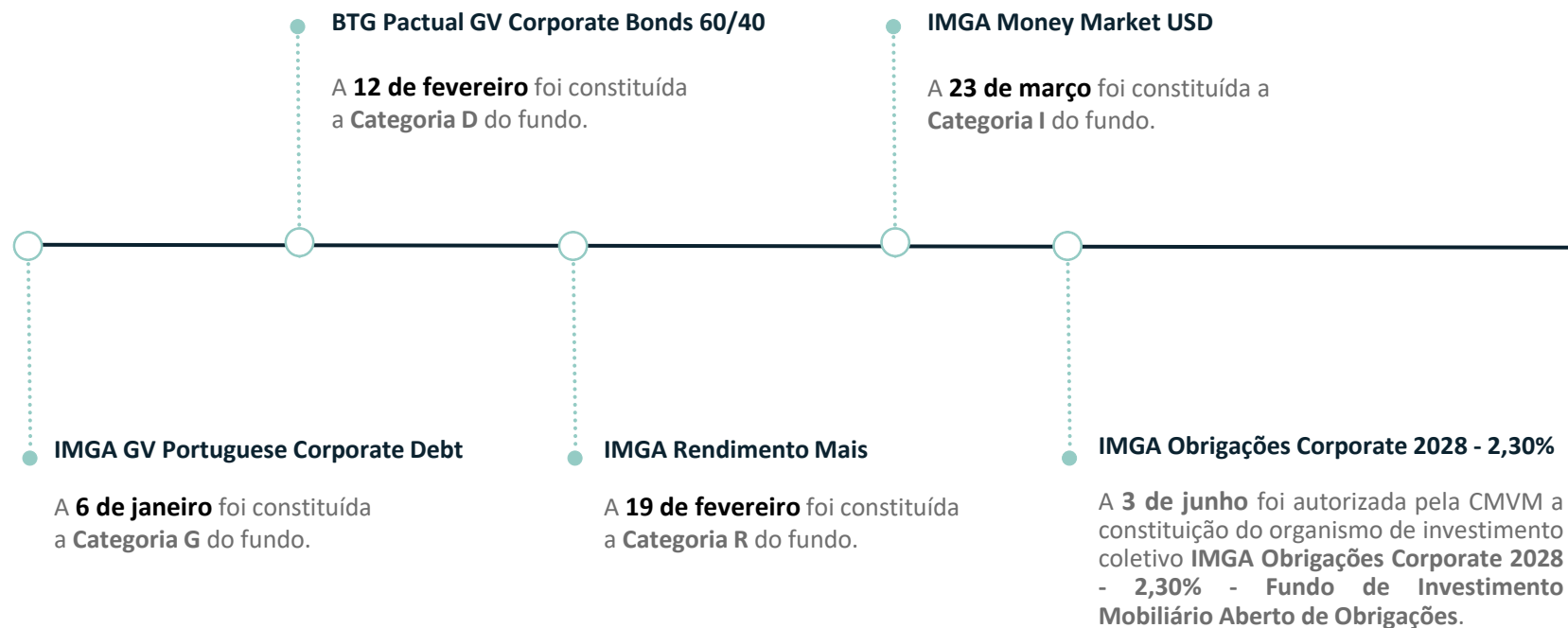
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

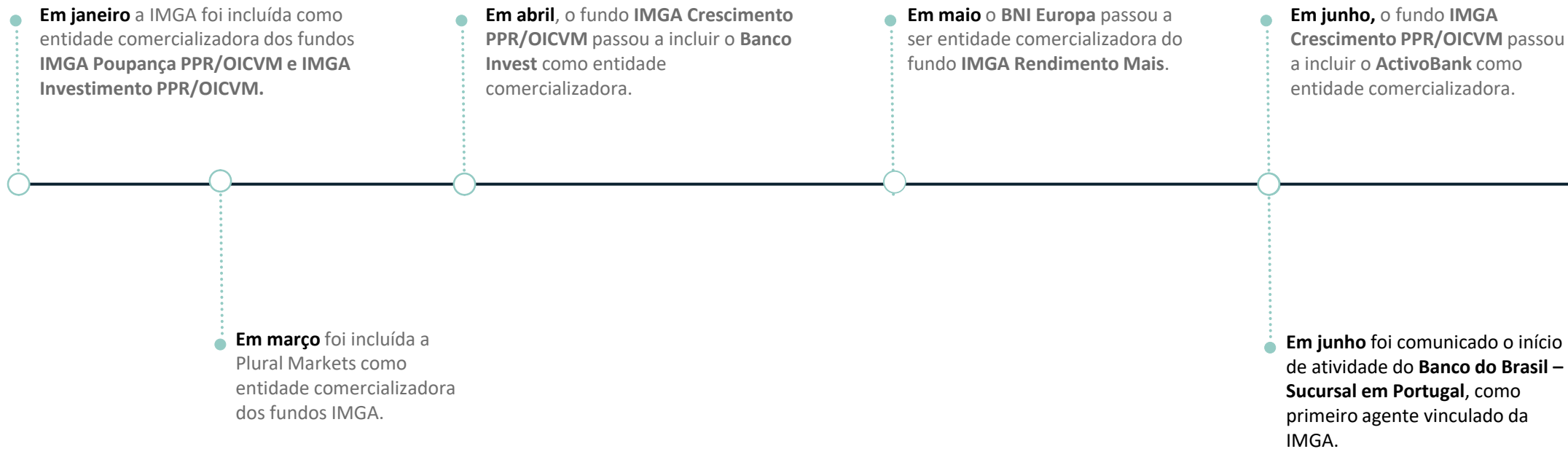
Principais Eventos

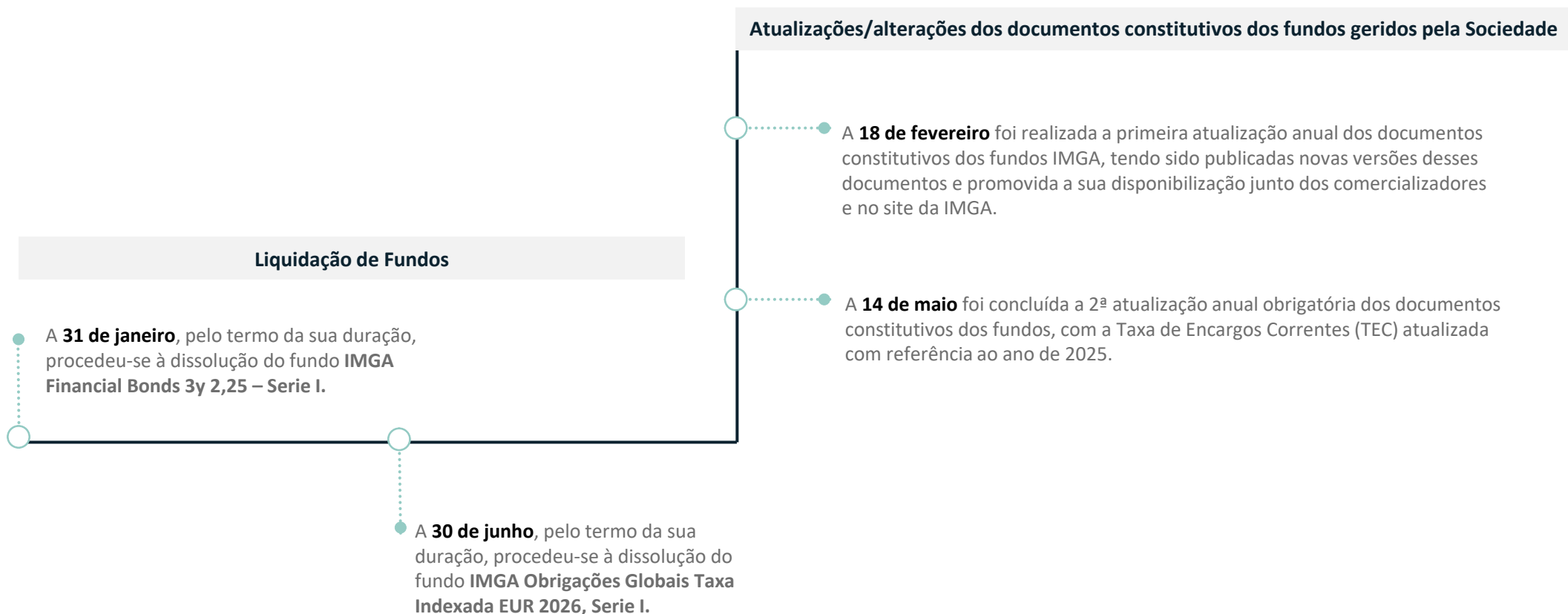
Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's



Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.





Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

- A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Eventos Regulatórios

- A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

- A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2025.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos de Ações

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma recuperação significativa dos mercados acionistas internacionais, apesar da volatilidade observada durante o primeiro trimestre. As preocupações relacionadas com o crescimento económico mundial, as tensões geopolíticas e a evolução das políticas comerciais continuaram a influenciar o sentimento dos investidores. Ainda assim, a robustez dos resultados empresariais e a melhoria gradual das perspetivas económicas sustentaram a valorização dos principais índices acionistas ao longo do período.

Neste contexto, os fundos de ações da IMGA registaram um desempenho particularmente positivo, beneficiando da exposição aos mercados acionistas europeu, norte-americano e nacional. Em 30 de junho de 2026, os ativos sob gestão dos fundos de ações totalizavam aproximadamente 668 milhões de euros, representando um crescimento de 16,3% face ao final de 2025. Esta evolução resultou tanto da valorização dos mercados financeiros como da continuidade da procura por soluções de investimento em ações.

Ao nível do desempenho, os resultados foram positivos em toda a gama. O IMGA Ações América destacou-se com uma rentabilidade acumulada no semestre de cerca de 15,3% nas categorias de retalho, beneficiando da forte valorização do mercado norte-americano. O IMGA Global Equities Selection apresentou uma rentabilidade próxima de 14,1%, enquanto o IMGA Ações Portugal registou uma valorização de aproximadamente 11,4%. O IMGA European Equities alcançou igualmente uma rentabilidade positiva, superior a 11,0%, refletindo a recuperação dos mercados europeus.

No que respeita às subscrições líquidas, os fundos de ações continuaram a atrair investimento. O principal destaque foi o IMGA Ações Portugal, que registou subscrições líquidas acumuladas superiores a 15,9 milhões de euros, considerando o conjunto das categorias disponíveis. O IMGA Global Equities Selection apresentou entradas líquidas de aproximadamente 2,8 milhões de euros, enquanto o IMGA European Equities registou cerca de 2,2 milhões de euros de subscrições líquidas. Em contrapartida, o IMGA Ações América

registou resgates próximos de 3,2 milhões de euros, apesar do desempenho positivo alcançado no semestre.

A valorização dos mercados acionistas constituiu o principal motor do crescimento dos ativos sob gestão durante o período, complementando os fluxos líquidos positivos observados na maioria dos fundos. A diversificação geográfica das carteiras permitiu captar oportunidades em diferentes regiões e setores, contribuindo para a consistência dos resultados alcançados.

Num contexto em que os investidores continuaram a procurar soluções capazes de beneficiar do crescimento económico e da inovação empresarial a longo prazo, os fundos de ações da IMGA demonstraram capacidade de geração de valor. A gestão manteve uma abordagem disciplinada na seleção de empresas, privilegiando modelos de negócio sólidos, vantagens competitivas sustentáveis e perspetivas favoráveis de crescimento, mantendo simultaneamente um acompanhamento atento dos riscos associados ao enquadramento macroeconómico e geopolítico.

FUNDOS DE AÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT A	26,64%	10,89%	5	17,29%	14,34%	5	12,64%	15,04%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT R	26,65%	10,90%	5	17,26%	14,34%	5	12,61%	15,06%	6
IMGA AÇÕES AMÉRICA CAT I	28,13%	10,88%	5	18,69%	14,32%	5	13,98% (*)	15,03%	6
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT A	23,04%	13,00%	5	18,45%	12,58%	5	15,18%	13,58%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT R	23,04%	13,00%	5	18,44%	12,57%	5	15,17%	13,58%	5
IMGA AÇÕES PORTUGAL CAT P	22,97%	12,99%	5	18,43% (*)	12,57% (*)	5 (*)	15,17% (*)	13,58% (*)	5 (*)
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT A	19,38%	12,53%	5	11,93%	12,85%	5	8,51%	13,84%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT R	19,40%	12,55%	5	11,91%	12,88%	5	8,50%	13,88%	5
IMGA EUROPEAN EQUITIES CAT I	20,93%	12,52%	5	13,37%	12,84%	5	9,88% (*)	13,83% (*)	5 (*)
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	25,91%	9,67%	4	14,68%	13,53%	5	10,76%	13,96%	5
IMGA GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT R	25,92%	9,69%	4	14,70%	13,54%	5	10,77%	13,98%	5
IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES - CAT G (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O mercado acionista global foi dominado por duas temáticas na primeira metade de 2026 – a inteligência artificial e a guerra no Médio Oriente entre o Irão e a dupla EUA/Israel. O segundo tema desencadeou uma forte correção nos mercados devido ao estrangulamento do fluxo de energia e outras matérias-primas oriundas do Golfo Pérsico. A subida repentina do preço da energia potenciou previsões apontando para uma forte desaceleração económica a nível global acompanhada pela subida da inflação. No entanto, a relativa curta duração do conflito permitiu que essas perspetivas económicas mais sombrias não se tenham materializado até ao momento, dando azo a uma forte recuperação nos mercados acionistas globais.

Os mercados asiáticos foram as “estrelas” do semestre, com o índice MSCI Ásia ex-Japão e o Nikkei 225 a valorizarem 27,6% e 39%, respetivamente, em euros. Os índices MSCI World e S&P 500 acabaram o semestre com valorizações de 9,7% e 10,2%, enquanto o índice MSCI Europe valorizou 10,7%.

O *boom* em torno da inteligência artificial foi o grande impulsionador das melhores performances tanto a nível setorial, como a nível de índices nacionais e regionais. Os mercados asiáticos, com uma forte componente de empresas fornecedoras de componentes informáticos que são nevrálgicos para toda a expansão que está a decorrer em novos centros de bases de dados um pouco por todo o mundo, foram as estrelas do trimestre. O mercado

americano também obteve uma performance sólida, mas o grande peso do setor de *software* e também de *media*, penalizaram a rentabilidade do índice compósito americano. A Europa, com um peso menor de empresas de cariz tecnológico ficou para trás. No entanto, outros setores com grande relevo no mercado europeu, registaram ganhos sólidos no período em análise. O setor da banca continuou a beneficiar do movimento da curva de taxas de juro. Os setores de *utilities*, e industrial também registaram performances acima do índice de referência, com este último a ser impulsionado pelo forte aumento projetado nas despesas em torno de geração de energia para centros de dados. O setor de bens de consumo duradouro, nomeadamente o segmento de bens de luxo foi novamente um grande perdedor do semestre, sendo fortemente impactado pelo conflito no Médio Oriente e a incerteza que espoletou nos consumidores da região.

O mercado nacional ficou entre os mercados europeus que registaram performances muito superiores versus o índice regional MSCI Europe. O PSI valorizou 14,3%. Somente os índices IBEX espanhol e FTSE MIB italiano registaram uma valorização superior – 14,6% e 18,2%, respetivamente. O mercado nacional, que tem na sua maioria empresas de cariz defensivo, conseguiu evitar a forte turbulência vivida noutros mercados com características mais cíclicas e expostas ao comércio mundial. A NOS e Galp foram as “estrelas” do semestre com valorizações de 36,3% e 29,6%. A primeira

beneficiou de um impacto concorrencial menor que esperado, enquanto a segunda, beneficiou da subida do preço da energia no semestre. O segmento de retalho alimentar também beneficiou fortemente da turbulência económica, confirmando a sua vertente defensiva, embora a Jerónimo Martins tenha sofrido devido à pressão deflacionista no seu principal mercado – a Polónia.

O IMGA GV Portuguese Equities apresentou um desempenho positivo, mas abaixo do mercado acionista nacional, penalizado pela sobreponderação em liquidez, CTT e Jerónimo Martins. Do lado inverso, a sobreponderação em Galp e NOS colmataram a penalização descrita.

O Fundo iniciou o ano com um posicionamento construtivo, procurando balancear um perfil mais defensivo e de qualidade, consentâneo com o tipo de empresas de maior capitalização bolsista que apresenta o mercado português, com a perspetiva de um período de taxas de juro elevadas durante mais tempo, que pudesse beneficiar o sistema financeiro. O posicionamento parcial do Fundo em ações da Zona Euro teve no seu conjunto um impacto positivo com destaque para Endesa, Engie, RWE e Caixabank. A posição em Inditex foi a que teve o impacto mais detrimetoso entre a componente não nacional do Fundo.

Nesse sentido, as maiores exposições no início do período para o Fundo assentavam nos setores de *utilities*, com destaque para os investimentos em EDP e EDP Renováveis, no setor de consumo não-cíclico, com destaque para a exposição a Jerónimo Martins no setor bancário, com o investimento em BCP, e no setor energético, com a exposição a Galp.

Ao longo do ano houve acertos recorrentes espoletados pelos limites de concentração normalmente em torno das empresas de maior peso no mercado acionista nacional. Novas subscrições ao longo do ano não levaram a uma alteração significativa do posicionamento do Fundo.

No final de junho, o IMGA GV Portuguese Equities apresentou uma rentabilidade de 9,2% da sua categoria G no semestre. O valor líquido global totalizou 7,2M€, refletindo uma variação muito expressiva face ao final de 2025, em resultado da dimensão reduzida do seu NAV naquele momento. As vendas líquidas foram positivas em 6,7M€, com efeito de mercado positivo de 0,1M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Ações
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número a 30/06/2026
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 30/06/2026
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços

prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz

um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as
Categorias C e R do fundo IMGA
Obrigações Corporate 2028 – 2,30%.

A **21 de agosto** foi aprovada pela
CMVM a constituição do **fundo**
Adamastor PPR/OICVM.

Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Ações
- Informação relativa à Gestão do Fundo
- Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
- Eventos Subsequentes

Notas Informativas

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

IMGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações

Elementos Identificativos		
Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Ações	Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Valor da Carteira: (30 de junho de 2026) 7 233 236 Euros
Data de Constituição: 23 de dezembro de 2025	Banco Depositário: Bison Bank, S.A.	

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

Não são divulgados dados relativos à evolução de rentabilidade e risco, na medida em que ainda não completou um ano civil.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

Para a realização desta política, o Fundo investe os seus capitais, direta ou indiretamente (designadamente através de certificados), no mínimo 65% em ações de empresas nacionais, podendo também investir até um máximo de 35% do seu valor líquido global em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados dos Estados Unidos da América, nos países da União Europeia e de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O Fundo deve deter, em permanência, um mínimo de 85% do seu património investido em ações.

O Fundo está exposto a risco cambial, através do investimento em mercados externos à zona Euro, num valor máximo de 35% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo não pode investir mais de 10% em unidades de participação de organismos de investimento coletivo.

Para a gestão da liquidez necessária, o Fundo pode ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito, títulos de dívida pública e obrigações de qualquer tipo na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. O Fundo pode ainda adquirir Fundos de Mercado Monetário ou de Curto Prazo geridos pela própria IMGA.

O Fundo pode adquirir unidades de participação de fundos com idêntica regulamentação ou partes de outros organismos de investimento coletivo, nos termos legais.

A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados com base em critérios de crescimento e valorização, considerando os resultados financeiros das empresas, setor de atividade, posicionamento no mercado, qualidade de gestão, entre outros, e abstendo-se de investir em setores controversos, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

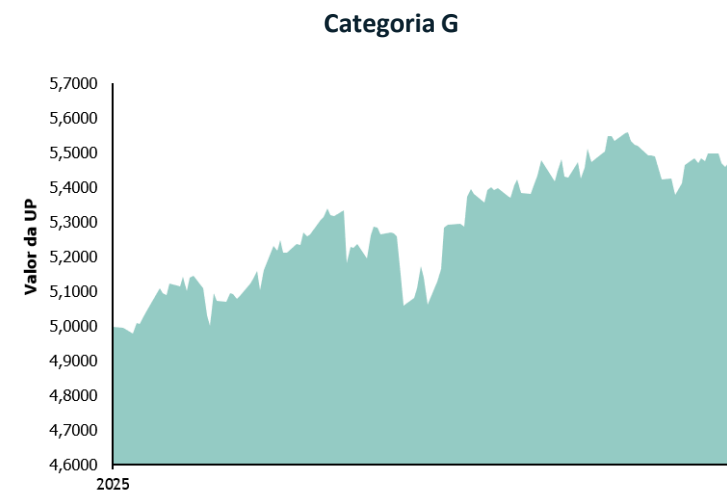
A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.



EVOLUÇÃO DO FUNDO

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2025	30.06.2026
IMGA GV PORTUGUESE EQUITIES CAT G		
Nº. UP's em circulação	90 000,0000	1 322 680,5337
Valor Unitário UP (Euro)	5,0064	5,4687



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

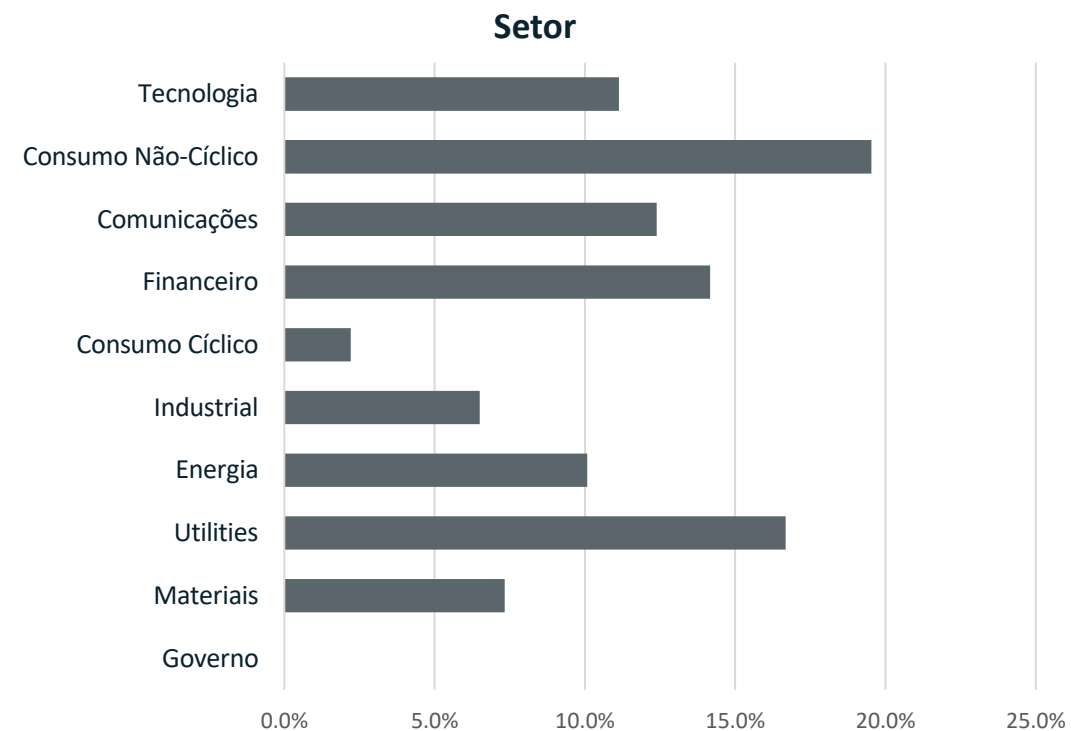
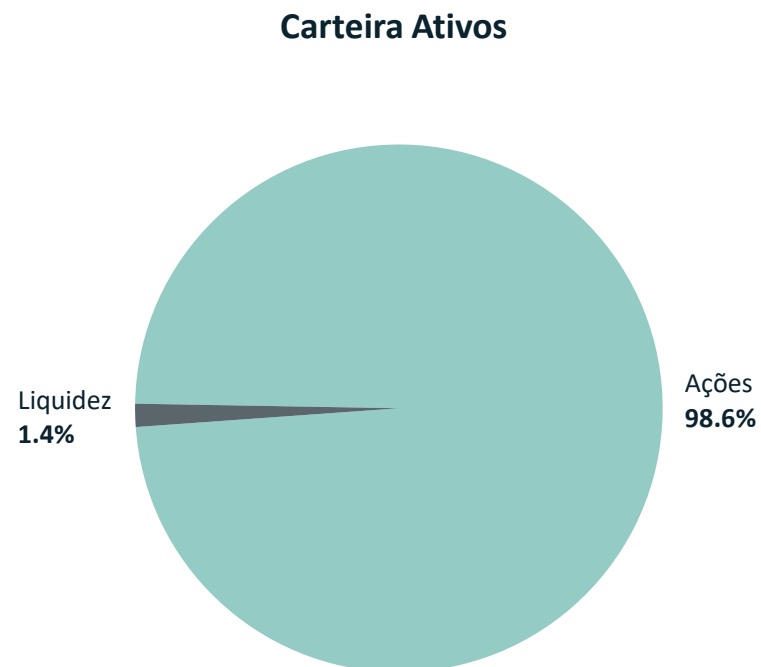
(valores em euro)

30.06.2026

Valores mobiliários	7 142 062
Saldos bancários	102 387
Outros ativos	27 640
Total dos ativos	7 272 089
Passivos	38 853
Valor Líquido de Inventário	7 233 236

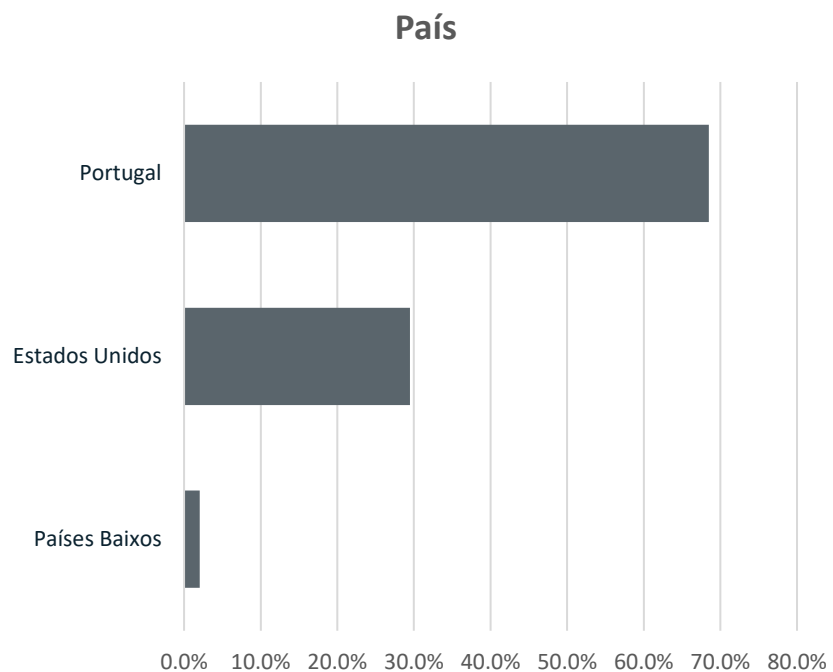


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

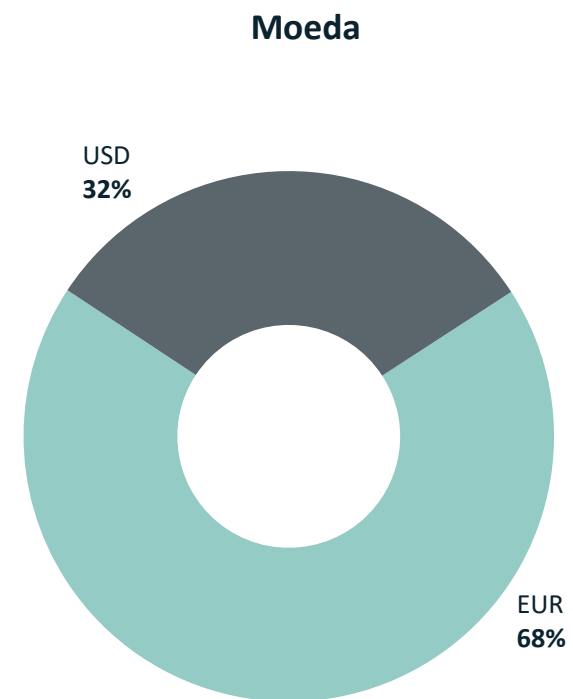


Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	4 967 310	132 066	208 149	4 891 228	-	4 891 228	68%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	2 111 673	172 824	33 663	2 250 834	-	2 250 834	32%
TOTAL	7 078 983	304 890	241 812	7 142 062	-	7 142 062	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	111 807
Outros investimentos	0
Mais-valias de investimento	334 204
Custos	
Custos de gestão	(28 694)
Custos de depósito	(1 471)
Outros encargos, taxas e impostos	(16 473)
Menos-valias de investimentos	(271 087)
Lucro líquido	128 285
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	6 654 377
Resgates	-



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2025	450 574	5,0064
30.06.2026	7 233 236	5,4687

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados durante o primeiro semestre de 2026.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

ATIVO						
Código	Designação	30.06.2026			31.12.2025	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
	Outros Ativos					
	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	Carteira de Títulos					
	Obrigações					
	Ações	7 078 983	304 890	(241 812)	7 142 062	447 402
	Outros Títulos de Capital					
	Unidades de Participação					
	Direitos					
	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	7 078 983	304 890	(241 812)	7 142 062	447 402
	Outros Ativos					
	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
411+...+418	Terceiros					
	Contas de Devedores	17 737			17 737	911
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	17 737			17 737	911
	Disponibilidades					
	Caixa					
	Depósitos à Ordem	102 387			102 387	3 860
	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
	Certificados de Depósito					
	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	102 387			102 387	3 860
	Acréscimos e diferimentos					
	Acréscimos de Proveitos					
	Despesas com Custo Diferido					
	Outros acréscimos e diferimentos	9 903			9 903	
	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	9 903			9 903	
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	7 209 011	304 890	(241 812)	7 272 089	452 173
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				1 322 681	90 000

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.2026	31.12.2025
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	6 613 403	450 000
62	Variações Patrimoniais	490 974	
64	Resultados Transitados	574	
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	128 285	574
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>7 233 236</u>	<u>450 574</u>
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes		
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	34 902	333
424+...+429	Outras contas de Credores	783	37
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>35 685</u>	<u>369</u>
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	3 167	1 230
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 167</u>	<u>1 230</u>
	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>	<u>7 272 089</u>	<u>452 173</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>5.4687</u>	<u>5.0064</u>

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
Código	Designação	Período 30.06.2026	Código	Designação	Período 30.06.2026
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	
719	De Operações Extrapatrimoniais		811+814+827+818	De Operações Correntes	
	Comissões e Taxas		819	De Operações Extrapatrimoniais	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 772		Rendimento de Títulos	
724+...+728	Outras Operações Correntes	30 712	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	111 807
729	De Operações Extrapatrimoniais		829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	269 878	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	292 639
731+738	Outras Operações Correntes		831+838	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 209	839	Em Operações Extrapatrimoniais	41 565
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				
7411+7421	Patrimoniais	517	851	Provisões para Encargos	
7412+7422	Impostos Indirectos	2 202	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 437			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<i>317 726</i>		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<i>446 011</i>
79	Outros custos e perdas das SIM		89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis		881	Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias		882	Ganhos Extraordinários	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	128 285	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	
	<i>TOTAL</i>	<i>446 011</i>		<i>TOTAL</i>	<i>446 011</i>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	125 796	F - E	Resultados Eventuais	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	40 356	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	128 802
			B+D+F-A-C-		
B-A	Resultados Correntes	128 285	E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	128 285



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-26	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		6 654 377
Subscrição de unidades de participação	6 654 377	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		6 654 377
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		364 428
Venda de títulos e outros ativos	263 363	
Rendimento de títulos e outros ativos	101 065	
PAGAMENTOS:		6 920 262
Compra de títulos e outros ativos	6 911 444	
Comissões de bolsa suportadas	905	
Comissões de corretagem	7 191	
Outras taxas e comissões	24	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	698	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(6 555 834)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		170 623
Outros recebimentos correntes	170 623	
PAGAMENTOS:		170 638
Juros devedores de depósitos bancários	291	
Comissão de gestão	18 962	
Comissão de depósito	12	
Taxa de supervisão	3 000	
Impostos e taxas	254	
Outros pagamentos correntes	148 121	
Fluxo das operações de gestão corrente		(15)
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		98 527
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		3 860
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		102 387



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA GV Portuguese Equities, Fundo de Investimento Aberto de Ações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de outubro de 2025, tendo iniciado a sua atividade em 23 de dezembro de 2025.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Bison Bank, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural.

Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da categoria G é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
Valor base	450 000	6 163 402	-			6 613 403
Diferença p/Valor Base	-	490 974	-			490 974
Resultados acumulados	-			574		574
Resultados do período	574			(574)	128 285	128 285
SOMA	450 574	6 654 377	-	-	128 285	7 233 236
Nº de Unidades participação	90 000	1 232 681	-			1 322 681
Valor Unidade participação	5.0064					5.4687

Em 30 de junho de 2026 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria G		
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	5.4687	7 233 236	1 322 681
	31-03-26	5.1625	2 420 480	468 863
Ano 2025	31-12-25	5.0064	450 574	90 000

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	7
2% ≤ UPs < 5%	15
0.5% ≤ UPs < 2%	4
UPs < 0.5%	-
TOTAL	26

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Ações						
Altri SGPS S.A.	258 006	-	(7 933)	250 073	-	250 073
B.Comercial Português-Nom.	629 988	87 267	-	717 255	-	717 255
Corticeira Amorim-SGPS	151 950	-	(6 156)	145 794	-	145 794
CTT - Correios de Portugal SA	273 597	-	(30 165)	243 433	-	243 433
EDP Renovaveis SA	452 770	14 840	-	467 610	-	467 610
EDP-Energias de Portugal SA	248 107	8 447	-	256 554	-	256 554
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	737 907	-	(18 172)	719 734	-	719 734
Jerónimo Martins,SGPS,S.A.	807 383	-	(117 591)	689 791	-	689 791
Mota Engil - SGPS SA	326 962	-	(8 774)	318 187	-	318 187
Navigator CO Sa/The	284 968	-	(11 542)	273 426	-	273 426
NOS, SGPS, SA	249 552	-	(7 815)	241 736	-	241 736
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	243 638	7 422	-	251 060	-	251 060
Sonae - SGPS	302 482	14 090	-	316 573	-	316 573
	4 967 310	132 066	(208 149)	4 891 228	-	4 891 228
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Ações						
Alphabet Inc-CL C	138 206	10 758	-	148 963	-	148 963
Amazon.Com Inc	146 717	4 953	-	151 670	-	151 670
Arista Networks Inc	155 487	38 876	-	194 364	-	194 364
Broadcom Ltd	175 036	9 910	-	184 946	-	184 946
HEWLETT PACKARD ENTERPRISE	70 451	282	(3 061)	67 672	-	67 672
JPMorgan Chase & Co	134 217	12 461	-	146 678	-	146 678
Lilly (Eli) & Co	114 647	30 687	-	145 334	-	145 334
Meta Platforms INC - Class A	159 064	3 295	(14 660)	147 700	-	147 700
Microsoft Corp	187 233	3 433	(12 771)	177 895	-	177 895
Nextera Energy Inc	150 643	2 969	(3 171)	150 441	-	150 441
NRG Energy Inc	59 016	6 369	-	65 385	-	65 385
NVIDIA Corp	214 666	4 576	-	219 242	-	219 242
NXP Semiconductors NV	125 544	19 654	-	145 198	-	145 198
TESLA INC	145 703	12 118	-	157 820	-	157 820
Visa Inc - Class A Shares	135 041	12 483	-	147 525	-	147 525
	2 111 673	172 824	(33 663)	2 250 834	-	2 250 834
TOTAL	7 078 983	304 890	(241 812)	7 142 062	-	7 142 062

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)				
Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	3 860	7 291 815	7 193 288	102 387
TOTAL	3 860	7 291 815	7 193 288	102 387

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2026, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	2 599 706	-	-	-	-	-	2 599 706
Contravalor Euro	2 281 645	-	-	-	-	-	2 281 645

13. EXPOSIÇÃO DO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2026, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)				
AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	7 142 062	-	-	7 142 062
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

Custos	Categoria G	
	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	29 637	2.01%
Comissão de Depósito	1 530	0.10%
Taxa de Supervisão	500	0.03%
Custos de Auditoria	1 937	0.13%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	908	0.06%
Outros Custos Correntes	337	0.02%
TOTAL	34 850	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.37%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 7 272 089 euros e um total de capital do OIC de 7 233 236 euros, incluindo um resultado líquido de 128 285 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA GV Portuguese Equities - Fundo de Investimento Aberto de Ações, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

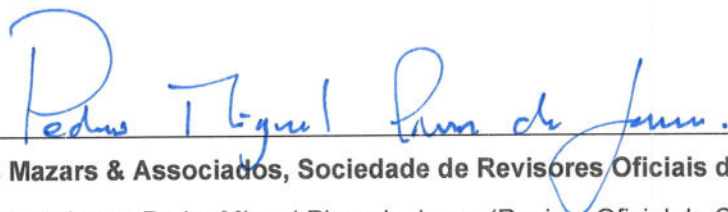


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)